

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 20 de junho de 1984

A responsabilidade conjunta pelo endividamento

O secretário de Estado dos EUA, George Shultz, vinha mantendo até agora uma atitude de discrição no tocante à crise de endividamento dos países latino-americanos. Ele sempre se mostrou aberto a conversações com personalidades de países do continente a respeito do assunto e, quando as circunstâncias exigiram uma ação mais decidida, não deixou de colaborar, como no caso dos empréstimos-ponte do governo americano ao México e ao Brasil nos meses críticos do final de 1982. As respostas mais agressivas às reivindicações dos países devedores têm ficado por conta do secretário do Tesouro, Donald Regan, um ex-corretor de valores pouco afeito ao formalismo diplomático.

São surpreendentes, por isso, as declarações que o secretário de Estado fez em Boston nesta semana, às vésperas da abertura do encontro de devedores latino-americanos em Cartagena, na Colômbia. Segundo as agências internacionais, Shultz atribuiu aos países da América Latina a res-

ponsabilidade exclusiva por seu endividamento externo, afirmando que ele foi causado por um período de "vida muito fácil". Agora, é necessário enfrentar as duras consequências disso.

Tais declarações, neste momento, evidenciam o grau de preocupação do governo dos Estados Unidos com a realização da conferência de Cartagena, que ganha muito maior realce ocorrendo pouco mais de uma semana depois que o governo argentino resolveu enviar uma carta de intenções ao FMI sem assegurar a chancela prévia da equipe técnica da instituição.

Ninguém poderia negar a responsabilidade dos governos latino-americanos pelo alto nível de suas dívidas externas. Muitos foram os empresários, políticos e técnicos desses países que procuraram chamar a atenção para os riscos do endividamento desbragado, prevenindo que a hora da verdade não poderia deixar de chegar algum dia.

Mas seria parcialidade não assinalar também a volúpia dos grandes bancos internacionais pa-

ra conceder empréstimos em volume cada vez maior aos países em desenvolvimento, numa fase relativamente longa de excesso de liquidez internacional. E, como se recorda, nenhum representante dessas instituições jamais aceitou qualquer reparo à capacidade dos devedores de pagar as amortizações e os juros sobre sua dívida. A responsabilidade, portanto, é bilateral e sem aceitação desse fato não pode haver terreno para um diálogo construtivo.

Dada a situação hoje existente, os credores deveriam rejubilar-se pelo fato de que, não obstante a sua dívida, nenhum devedor a renega, mesmo quando muitos financiamentos não encontram contrapartida em nenhuma realização palpável. E mesmo quando foram tomados empréstimos para compra de caríssimas armas utilizadas por um governo irresponsável em uma aventura militar, como foi a guerra das Malvinas.

Se há disposição de pagar, é apenas senso comum esperar que as condições não sejam tornadas

ainda mais duras, como efetivamente se verificou com a alta dos juros internacionais puxada pela "prime rate" dos bancos americanos. E a alta da "prime" é resultado direto do astronômico déficit orçamentário dos Estados Unidos, como Shultz certamente tem consciência.

Além do que já foi drenado dos países endividados, a transferência de seus recursos ao exterior não pode continuar no mesmo ritmo, e esta é justamente a mensagem que os governos latino-americanos representados em Cartagena pretendem transmitir aos desenvolvidos. O que a estes assusta não é a formação de um "cartel de devedores", que todos consideram inviável nessa fase em que é ainda aconselhável que as negociações sejam conduzidas em separado, de acordo com as características de cada país. O temor está relacionado à disposição manifesta dos países do continente, pela primeira vez, de agir politicamente em bloco, o que poderia representar bem mais do que um incômodo temporário.

Dívida externa